DIÁRIO DE PETRÓPOLIS
Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Moradores de Itaipava seguem com problemas na coleta de lixo

Darques Junior – Especial para o Diário

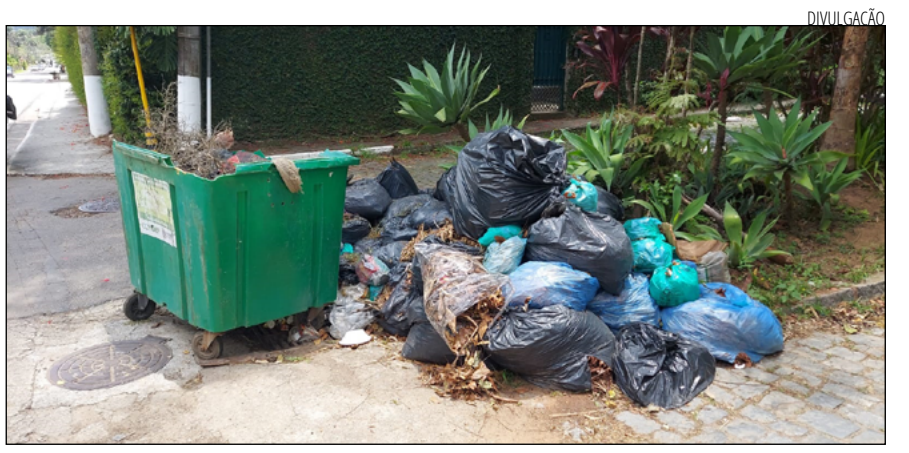
Após uma semana de problemas com a coleta de lixo em Itaipava, nessa quinta-feira (27), o lixo seguia acumulando no distrito. Segundo denúncias, o material segue aumentando na região da Rua das Casuarinas, na esquina com a Estrada União e Indústria.

Na semana passada, o Diário publicou no dia 22 de novembro, sobre a situação dos moradores da região da ponte do arranha-céu, onde, segundo testemunhas, a coleta de lixo realizada pela Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMDEP) não era realizada há 15 dias. Heitor Coutinho relatou, na época, que os caminhões de lixo passam apenas nas regiões de maiores circulações de turistas como nas regiões do Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes e o Shopping Estação, na avenida principal do distrito.

No dia 28 de outubro, outra denúncia na mesma região, ponte do arranha-céu. Um morador que não quis se identificar relatou ao Diário que, anteriormente, os caminhões de lixo passavam todas as quintas-feiras na região, porém sem horário específico e sem regularidade. Na ocasião, a COMDEP respondeu em nota que a coleta seria feita ainda na noite do dia 28, porém no local, também havia descarte irregular de entulhos, prejudicando o trabalho das equipes de coleta. Todavia, após um mês desde a primeira denúncia, os denunciantes relatam que a situação não foi resolvida.

Em nota, a Prefeitura informa que o material mostrado nas imagens não é resíduo domiciliar, mas lixo verde proveniente de podas de jardins particulares, descartado de forma irregular na via pública. Esse tipo de prática é considerada crime ambiental, sujeita a multa que pode chegar a R$ 11 mil, detenção de até 5 anos e apreensão do veículo utilizado no descarte.

DIVULGAÇÃO



MORADORES reclamam de falhas na coleta de lixo que causa acúmulo

A COMDEP reforça que disponibiliza o serviço de Disque-Entulho, que deve ser acionado para o descarte correto de resíduos desse tipo. Denúncias podem ser feitas pelos telefones: (24) 2246-9241 | (24) 2246-9043 | (24) 2246-9042

Paralisação

Nessa quarta-feira (26), um grupo de coletores da COMDEP fez um comunicado de possível greve, neste sábado (29), caso o pagamento do 13º salário não seja realizado até essa sexta-feira (28). Dentre as reinvindicações estão questões trabalhistas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que não tem sido pago e a carga horária de trabalho que não tem sido respeitada, onde, segundo os coletores, tem sido necessário trabalhar cerca de 15 dias para ter um dia de folga.

Em nota sobre a questão dos funcionários da coleta de lixo do município, "a Prefeitura de Petrópolis informa que os colaboradores da COMDEP cumprem carga horária regular e recebem integralmente os valores referentes às horas extras realizadas, mesmo diante da crise financeira enfrentada pelo município. De qualquer forma, as situações apresentadas serão apuradas para que sejam tomadas as medidas cabíveis".

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 28/11/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 50/2025
(Publicado em 26/11/2025)

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de acordo com o Processo Adm. Nº 1236/2025 e conforme estabelece a Resolução n° 88/2016, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública, no dia 01 de dezembro de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a fim de abordar assuntos sobre "Marco Legal e Constitucional do Comércio Petropolitano".
Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.

Petrópolis, 25 de novembro de 2025.
Júnior Coruja
Presidente
Wesley Barreto
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA DA 46ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e quarenta e seis minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº: 10001, 10064 e 10116/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 10092 e 10093/2025 do Vereador Dudu; Projeto de Resolução nº: 7526/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Projeto de Resolução nº: 8417/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Resolução nº: 8521/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Projeto de Resolução nº: 8526/2025 do Vereador Gil Magno; Requerimento de Informação nº: 10119, 10123 e 10125/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação Legislativa nº: 10103, 10104 e 10105/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação Legislativa nº: 10118/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Terminada a leitura do Expediente a Vereadora Professora Lívia solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 1ª discussão e votação o GP Projeto de Lei nº: 465/2025 CMP (8090/2025); o GP foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o GP Projeto de Lei nº: 482/2025 CMP (8460/2025); o GP foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão e do Vereador Wesley Barreto; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins

ATA DA 47ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Lívia que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Indicação nº: 10076, 10112 e 10120/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 10079 a 10082, 10085 a 10090/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 10091, 10095 e 10096/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 10094/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 10097, 10117 e 10129/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 10098, 10109 e 10128/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 10116, 10121, 10122, 10124 e 10126/2025 do Vereador Dudu; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Domingos Protetor solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2489/2024 do Vereador Octávio Sampaio; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4970/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Wesley Barreto e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5681/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Projeto foi aprovado com 08 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6463/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2098/2025 do Vereador Wesley Barreto; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Registre-se que o Projeto de Lei nº: 1381/2024 do Vereador Domingos Protetor foi retirado de pauta; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4620/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em discussão e votação única e em bloco as Indicações nº: 2003, 2321, 2347, 3918, 3921, 3953, 4563, 4574, 4575, 5732, 5733, 5734, 6410, 6473, 6476, 8018, 8046, 8116, 8400, 8402, 8451, 10010, 10016, 10029 e 10052/2025; as Indicações foram aprovadas com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão e do Vereador Wesley Barreto; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou sobre a situação vivida no mês de novembro no município. Relatou que, na primeira semana do mês, a Câmara esteve cobrando o pagamento dos aposentados e dos servidores municipais. Na segunda semana, a cobrança voltou-se para os terceirizados da educação, que receberam o pagamento, mas continuam sem receber o Vale-Alimentação. Agora, segundo ela, inicia-se mais uma semana de cobrança, desta vez pelo pagamento dos estagiários e dos projetistas, além dos RPAs da saúde, que também enfrentam atrasos salariais. Informou ter recebido denúncias de trabalhadores da saúde contratados como RPA que não recebem desde setembro. Afirmou ser extremamente constrangedor que os trabalhadores aqueles que sustentam o funcionalismo público precisem ir às ruas todos os meses apenas para receber seus salários em dia. Segundo ela, isso representa um completo desrespeito. Destacou que o governo municipal sempre alega que há uma crise orçamentária, falta de verba e de recursos. Mencionou que, em julho, foi publicado o primeiro decreto de calamidade financeira, seguido por um novo decreto no dia 7 de novembro. Entretanto, ela criticou a ausência de explicações claras do Executivo sobre como pretende implementar o corte de 15% nos contratos e de 15% nas contratações por RPA, especialmente considerando que, desde 18 de julho, a Justiça já havia impedido novas contratações nesse modelo devido à sua precarização. Também mencionou o encerramento do contrato da Capital Ambiental, um contrato milionário renovado no final do governo anterior. Apontou que o valor, antes de 60 milhões, passou para 107 milhões, classificando isso como um verdadeiro absurdo. Para ela, é inaceitável destinar valores tão altos a empresários enquanto trabalhadores, que recebem salários baixos, enfrentam constantes atrasos de pagamento e de vale-alimentação. Afirmou ser inacreditável a situação vivida no município e a postura do Executivo, que não se manifesta publicamente para esclarecer qual é o plano. Questionou onde serão feitos os cortes de 15%, quais empresas e contratos serão afetados e criticou ainda o decreto que revoga um direito garantido por lei aos servidores: o plano de cargos, carreiras e salários, congelando triênio e quinquênio. Classificou essa medida como inadmissível e questionou qual seria a economia gerada por esse congelamento, já que não há informações claras. Reforçou que ninguém está torcendo contra a cidade. Pelo contrário, afirmou morar em Petrópolis desde sempre e desejar ver a cidade funcionando, com remédios nos hospitais e merenda nas escolas. Disse que, no ano anterior, ao saber da falta de merenda, apresentou emendas para garantir recursos, mas as emendas foram rejeitadas. Afirmou que a Câmara segue propondo alternativas e soluções, mas que é necessário haver vontade política por parte do Executivo. Disse que não adianta propor soluções, melhorar projetos de lei ou se dedicar, se não houver comprometimento, planos de médio e longo prazo, e se tudo continuar sendo tratado como um caso de "apagar incêndios". Ressaltou que os trabalhadores não suportam mais viver, mês após mês, nessa incerteza. Alertou que o município se aproxima do último dia útil do mês e questionou aos demais vereadores qual é a programação e o calendário de pagamentos calendário que foi prometido em agosto, mas que até agora não foi apresentado nem publicado. Afirmou que a crítica feita pela Câmara tem sempre o objetivo de melhorar, e não de fazer oposição vazia ou oportunista. Reiterou o desejo de ver as políticas públicas funcionando, com merenda nas escolas, medicamentos nos hospitais e, acima de tudo, os servidores recebendo seus salários em dia. Disse ainda que, se não houver garantia de pagamento regular, ao menos deveria existir o compromisso com a transparência que o governo se coloque diante da população, convoque a imprensa e explique o que está acontecendo. Destacou que não se trata de buscar culpados, mas de responsabilidade. Segundo ela, o Executivo deve informar a população sobre a real situação financeira, especialmente porque os dados do quadrimestre não aparentam ser tão negativos e há discursos mencionando superávit de arrecadação. Questionou onde está esse superávit e para onde os recursos estão sendo destinados. Encerrando, pediu aos presentes na Câmara e àqueles que estiveram na prefeitura que informem se receberam seus salários, já que havia a informação de que os pagamentos teriam sido efetuados. Ressaltou que a população está passando necessidade, que há muitas denúncias e demandas, e que a prioridade deve ser a garantia do funcionalismo público, já que todos os moradores utilizam os serviços das políticas públicas municipais. Por fim, disse acreditar que todos na Câmara estão trabalhando intensamente para mudar esse cenário e garantir que 2026 seja muito melhor do que o ano de 2025 tem sido até agora. Agradeceu e despediu-se. 2**) DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou o orgulho que sentiu ao passar dez meses trabalhando na CPTRANS, ressaltando que a equipe da companhia é formada por pessoas que realmente se dedicam à cidade. Ele afirmou que todos os eventos realizados atualmente no município contam com a presença da CPTRANS. Comentou ainda que, há muitos anos, não participava de um bloco de esquadrilha, mas acompanhou diversos eventos enquanto estava na CPTRANS. Da mesma forma, mencionou que havia muito tempo não seguia uma procissão, mas pôde acompanhar várias durante o período em que trabalhou na companhia, além de atuar na Bauernfest e em ações relacionadas ao trânsito, o que o deixou satisfeito por ter contribuído. Registrou seu orgulho em ter trabalhado com toda a equipe, desde concursados até comissionados, incluindo os profissionais de serviços gerais, diretores e o presidente Luciano, a quem elogiou como um excelente gestor, técnico qualificado e profundo conhecedor do funcionamento da mobilidade urbana. Lamentou, porém, os gargalos enfrentados pelo transporte público, classificando-o como um setor particularmente difícil. Comentou ter lido, naquele dia, uma reportagem sobre a TURP e afirmou que, infelizmente, a empresa segue um caminho semelhante ao que ocorreu com a Petrolta, a Cascatinha, o que considerou triste, pois a população merece um transporte público de primeiro nível, ou ao menos um serviço que seja condizente com suas necessidades. Afirmou estar muito feliz por retornar à Câmara, exercendo temporariamente o mandato como suplente no lugar do vereador Aloísio Barbosa, que assumiu a Secretaria de Saúde. Destacou a responsabilidade da nova função do secretário, afirmando imaginar o grande trabalho que terá para colocar a saúde do município no patamar desejado, mas declarou confiança plena em sua capacidade, tanto pelo profissional quanto pelo homem que é. Em seguida, comentou uma matéria do jornal Valor Econômico, que apontava que 65% dos municípios brasileiros estão enfrentando dificuldades financeiras. Destacou que, em momentos de crise, o que se espera é união, união de todas as classes e instituições para superar as dificuldades. Ressaltou que críticas e posições de oposição são válidas, mas que a união entre todas as forças da sociedade, incluindo a Câmara Municipal, é essencial para que a cidade supere a crise em que se encontra. Para ele, não importa se a crise foi herdada ou não; o que importa é que ela existe e precisa ser enfrentada coletivamente. Afirmou que, muitas vezes, essa união tão mencionada não é encontrada na prática, mas expressou esperança de que o município caminhe em direção a essa integração, de forma que a cidade possa reencontrar seu rumo e entregar à população aquilo que ela merece e necessita. Agradeceu e despediu-se. 3**) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Mencionou ter ouvido a manifestação do vereador Domingos Protetor, que defendia ser este um momento de união. Afirmou concordar plenamente com o posicionamento de Sua Excelência, mas destacou que, para que haja uma cidade organizada e servidores cada vez mais empenhados em seu trabalho, o poder executivo precisa cumprir o seu papel. Afirmou que não é possível aceitar que os RPAs da área da saúde estejam com salários atrasados, assim como os estagiários, que tradicionalmente recebem no dia 10 e que também estão sem pagamento. Ressaltou que a empresa Capital Ambiental alega possuir um passivo milionário devido à falta de repasses da prefeitura, informando que não tem condições de pagar o vale-refeição ou vale-alimentação. Acrescentou que o aluguel social de R$ 200 está atrasado, assim como o vale-transporte de diversos servidores de várias secretarias. Relatou ainda que, na véspera, os vereadores foram surpreendidos com o fato de o prefeito ter recorrido do aumento de 70%. Afirmou que não se pode pedir paciência aos servidores enquanto o próprio prefeito demonstra falta de responsabilidade, desconhecimento da máquina pública, ausência de planejamento e de secretários capacitados para realizar análises e autocríticas do governo nesses onze meses. Declarou estar muito preocupado, pois o mesmo prefeito que se recusa a dialogar com os servidores é aquele que busca garantir para si um reajuste de 70%. Disse que, caso a cidade tivesse salários em dia, obras em andamento, transporte público de qualidade, coleta de lixo regular e hospitais abastecidos com medicamentos e com cirurgias sendo realizadas, até poderia se discutir reajustes salariais. Porém, diante de uma cidade que pouco entrega e realiza, isso se torna inaceitável. Acrescentou que o prefeito lançou um calendário de pagamentos sem dialogar com a Justiça e acabou desautorizado, pois o calendário ultrapassava o que determina a lei federal, prevendo o pagamento do 13º salário para o dia 23 de dezembro. Para ele, esse ato revela má-fé. Recordou que o prefeito já havia deixado um precatório de R$ 55 milhões em 2021 e que, atualmente, acumulou outra dívida superior a R$ 40 milhões. Segundo ele, o prefeito fez um acordo judicial para pagar 40 milhões em quatro parcelas iniciadas em setembro, mas não efetuou os pagamentos de setembro, outubro e novembro. Como precatórios não podem virar o ano, haverá bloqueio judicial de cerca de R$ 40 milhões nas contas do município. Afirmou não ser possível aceitar que um governo sem transparência e sem compromisso com os servidores tente se esconder atrás dos eventos promovidos na cidade. Demonstrou preocupação com a chegada das chuvas, lembrando que os rios, especialmente no primeiro e segundo distritos não foram limpos ou dragados, e que bueiros e galerias permanecem sem manutenção. Segundo ele, a primeira chuva já evidenciou o problema, especialmente para moradores da Siméria. Destacou que, além da falta de gestão, há risco de um verão preocupante e que não será possível justificar futuras tragédias. Reforçou que o prefeito precisa de responsabilidade e humildade para comparecer à Câmara ou à própria prefeitura e admitir seus erros, pois reconhecer falhas também é uma virtude. Lamentou que as informações cheguem à Câmara e à população apenas pela imprensa ou pelos próprios servidores. Disse que a Casa estava lotada de RPAs e funcionários da Capital Ambiental buscando informações sobre seus pagamentos, que desejam apenas receber seus salários e benefícios. Contou que o presidente da Câmara enviou mensagem ao prefeito solicitando esclarecimentos sobre o atraso no vale-refeição, no pagamento dos estagiários e no pagamento dos RPAs. O prefeito pediu meia hora, mas, passadas duas horas, ainda não havia respondido, uma demonstração de desrespeito com o Legislativo. Comentou que, por curiosidade, o Vale Educação está em dia, embora, segundo ele, haja incoerência nisso. Relatou que visitou a Escola Jandira Bordignon e constatou que a alimentação das crianças era composta por feijão, goiabada e meio ovo cozido. Para ele, se o prefeito tivesse mínimo respeito pela cidade, priorizaria a educação, garantindo merenda escolar, e abasteceria os hospitais com medicamentos. No entanto, segundo ele, a prioridade do governo tem sido atender interesses de empresários de ônibus, aprofundando ainda mais a crise. Agradeceu e despediu-se. 4**) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou, mais uma vez, as dificuldades enfrentadas pela população diante dos atrasos de pagamento na atual gestão municipal. Relatou que, naquele dia, a Câmara recebeu estagiários, estagiárias, trabalhadores em regime de RPA e diversos profissionais da saúde, muitos dos quais não conseguem participar de manifestações por medo de terem o ponto cortado ou sofrerem retaliação, especialmente os vinculados à Capital, empresa em que, segundo ela, casos de perseguição são recorrentes. Apontou que o mesmo ocorre com estagiários, que frequentemente sofrem pressões e ameaças veladas. Mencionou um projeto de sua autoria que tramita na Casa, garantindo aos estagiários o direito de se manifestarem e, no caso de atraso na bolsa-auxílio, o direito de não comparecer ao local de estágio sem prejuízo. Disse que a necessidade desse projeto nasce da instabilidade permanente nos pagamentos, que nunca ocorrem no dia correto e do fato de muitos estagiários dependerem integralmente desse recurso para custear faculdade, alimentação ou sustentar suas famílias. Ressaltou que há estagiários que são arrimos de família e outros que estão em transição de carreira, encontrando na rede pública uma oportunidade para se formarem e trabalharem na inclusão de estudantes com deficiência. Lembrou sua experiência como professora da rede municipal, com atuação em sala de recursos e apoio à inclusão em classes comuns, afirmando conhecer de perto as necessidades dos estagiários nesse contexto. Disse que, muitas vezes, esses profissionais são desassistidos e desamparados pela Secretaria de Educação, que sequer oferece formação situação que, segundo ela, se agravou no ano corrente, em que não houve capacitação. Afirmou que há manuais, diretrizes e orientações que deveriam nortear o trabalho dos estagiários e o funcionamento das salas de recursos, mas que tudo isso deixa de ser observado por falta de conhecimento e de pertencimento por parte de quem ocupa cargos na gestão e deveria garantir esse acompanhamento. Registrou solidariedade aos profissionais que atuam nas escolas, estagiários, RPAs e trabalhadores vinculados à Capital que vivem em constante insegurança sobre quem será responsável pelo pagamento de vale-alimentação e outros direitos. Segundo ela, há um jogo de "empurra" entre empresa e prefeitura, quando, na verdade, quem está na escola só deveria receber aquilo que é seu por direito, cabendo ao município fiscalizar e cumprir os contratos. Passou então a relatar a situação da merenda e de muitas unidades de educação infantil. Disse que realiza visitas periódicas às escolas e que, recentemente, esteve em unidades prestes a ficar sem merenda. Segundo seu relato, se a prefeitura não realizar a entrega nos próximos dias, faltará arroz e feijão já na semana seguinte. Acrescentou que diversas escolas enfrentam problemas graves de manutenção: telhados danificados, infiltrações e estruturas comprometidas. Questionou para quem a prefeitura pretende transferir a responsabilidade: diretoras, equipes gestoras ou outras instâncias. Afirmou que, até o momento, não viu esforço da gestão para entrar nas escolas e resolver os problemas. Disse que gostaria de poder reconhecer o compromisso da gestão com a educação, pois isso facilitaria inclusive o trabalho parlamentar, permitindo defender reajustes e revisão do plano de cargos, carreiras e salários. Mencionou que muitos auxiliares de secretaria dos Centros de Educação Infantil são terceirizados da Capital, empresa que, segundo ela, vem promovendo demissões. Observou que, embora o prefeito não dê transparência ao processo, parece estar tentando reduzir custos cortando trabalhadores, e não cargos comissionados. Por isso, afirmou que acompanha diariamente o Diário Oficial à espera de exonerações, que até agora não ocorreram. Afirmou que a gestão deveria ter se planejado desde o início do ano para enfrentar as dificuldades financeiras já previstas. Explicou que vem cobrando, inclusive ao secretário de Fazenda nas audiências de prestação de contas, qual é o plano e a estratégia para o equilíbrio fiscal. Segundo ela, o problema não se resume a uma crise pontual: a queda na cota-parte do ICMS tende a se agravar no próximo ano, e, sem ações consistentes, a prefeitura enfrentará uma situação permanente de desequilíbrio. Afirmou que, por isso, não se pode falar em "crise", pois a gestão não apresenta projetos para enfrentamento, limitando-se a decretos de calamidade financeira sem medidas efetivas. Segundo a vereadora, a prefeitura está conformada com o caos instalado e a tendência é de piora não por pessimismo, mas porque não há iniciativas para reversão do quadro. Refletiu que, se o município não aumentar arrecadação, não atrair novas indústrias, não oferecer projetos para a juventude e não cumprir sequer o básico pagar servidores em dia, a situação continuará se deteriorando. Lembrou que a prefeitura é a maior empregadora da cidade, e o atraso nos salários causa um impacto profundo na economia local. Declarou estar atenta e afirmou que a gestão não terá tranquilidade enquanto não apresentar um programa realista para enfrentar a crise fiscal. Em seguida mudou de assunto para registrar sua satisfação com a decisão judicial, transitada em julgado, que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro. Disse que a decisão é motivo de alegria para quem acredita na democracia e na soberania do voto popular. Afirmou que o recado está dado para todos os que atentarem contra a democracia: tentativa de golpe é crime. Registrou que há militares e ex-militares presos por participação nos atos antidemocráticos, e que aqueles que não estão presos, como Ramagem, fugiram do país, segundo ela, por covardia. Afirmou que Bolsonaro, ao manipular sua tornozeleira eletrônica, demonstrou não estar em perfeito juízo, e questionou quem ainda o segue, sugerindo que essas pessoas estão acompanhando alguém em desequilíbrio mental. Reforçou que continuar defendendo o ex-presidente é seguir um caminho que leva à prisão. Finalizou esse trecho comemorando a prisão do ex-presidente, chamando-o de golpista, e dizendo que espera outras condenações. Por fim, fez um alerta sobre o governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, afirmando que ele teria "arrombado os cofres da previdência", aplicado recursos da Sedae em um fundo considerado duvidoso e causado prejuízo superior a um bilhão de reais aos servidores estaduais. Disse que o gestor do banco Master está preso e tentou fugir, assim como Bolsonaro. Para ela, a Justiça e a Polícia Federal estarão, em breve, avançando sobre esse caso. Encerrando, afirmou que o futuro de Cláudio Castro não está em suas próprias mãos, mas nas mãos da Justiça e da Polícia Federal. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS**, e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e oito minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia vinte e seis de novembro às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins